

Bicho de Nove Cabeças: Os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil

Marcia Bezerra¹

A pesquisa e as publicações que dela resultam são a face pública e universal do nosso ofício, enquanto o ensino é a contraface mais ou menos privada e local.
(Fry, 2006:59)

Resumo

O artigo trata da formação de arqueólogos no Brasil a partir da criação de cursos de graduação entre 2004 e 2008, considerando o contexto de surgimento desses cursos, a constituição dos currículos e as implicações para o desenvolvimento da disciplina.

Palavras-Chave: ensino da arqueologia – graduação - Brasil

Abstract

This paper considers the training of archaeologists in Brazil and its relationship to the undergraduate courses launched in the country between 2004 and 2008. The main points discussed are: 1) the context of the emergence of such courses; 2) the construction of curricula and 3) the implications for the development of the discipline.

Key-words: archaeology training – undergraduate courses - Brazil

Introdução

Durante o II Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizado em 1983, em Belo Horizonte, uma mesa redonda coorde-

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará e da Universidade de Indiana/Estados Unidos. E-mail: mar.bezerra@uol.com.br

nada por Ulpiano Bezerra de Meneses reuniu pesquisadores para um debate sobre as relações entre a Arqueologia e a Universidade. Os pontos levantados giraram em torno de modelos universitários, de centros de pesquisa na Europa e nos Estados Unidos, de questões acerca da natureza interdisciplinar da Arqueologia, da criação de cursos de extensão e de especialização e da apresentação de currículos adequados à formação de arqueólogos no Brasil. As intervenções em sua maioria apontavam para a necessidade de criação de mecanismos para o aumento do quadro de profissionais².

Um dos temas polêmicos – o Bacharelado em Arqueologia oferecido pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá/FINES no Rio de Janeiro – serviu como ponto de partida para as reflexões em torno da inserção dos egressos do curso no mercado de trabalho. A preocupação do seu coordenador, Oswaldo Heredia, voltava-se, especialmente, para a relação entre os bacharéis formados, uma média de 20 por ano, e a pouca demanda por estes profissionais (Seda & Bezerra de Almeida, 2001).

O primeiro curso de Graduação em Arqueologia no país foi criado pelo parecer 1.591/75 do Conselho Federal de Educação, que autorizou o seu funcionamento na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon/FAMARO, no Rio de Janeiro.³ De acordo com Mendonça de Souza (1991: 124), o curso da FAMARO gerou pressões contrárias de toda a natureza, pois pesquisadores e instituições temiam ver ameaçada a “estrutura sistólica então vigente” (*op.cit.*). Logo após o seu segundo ves-

tibular, em decorrência de uma série de problemas internos, a FAMARO sofreu intervenção do CFE e os cursos – Arqueologia e Museologia – passaram a ser mantidos pela FINES (*idem*). O curso da Estácio de Sá foi, autorizado pelo parecer 3.412/1975 em 01/09 de 1975, reconhecido pela Portaria 574 de 13/10/1981 e entrou em processo de extinção no início dos anos 2000. Com o fechamento do curso encerrou-se um capítulo na história da formação de arqueólogos no Brasil, mas não se abandonou a idéia da graduação como um dos *loci* do ensino da disciplina.

Em 1982, na série “Avaliação e Perspectivas”, editada pelo CNPq, Schmitz afirmava que: “*A recomendação da ‘Avaliação e Perspectivas’/ 1978 de que se pensasse em criar mais um curso de graduação, com boas instalações e bom corpo docente, continua[va] absolutamente atual.*”⁴.

Trinta anos depois, a avaliação feita em ambos os documentos, de fato, continua atual, mas as perspectivas de abertura de mais um curso, superam, em muito as expectativas da época. A partir dos anos 2000, foram criados nove cursos de graduação em Arqueologia no país (UEAM, UNIR, UFPI, UNIVASF, UFS, UFPE, UCG, UFPEL e FURG)⁵. Um número impressionante se levarmos em conta que isto se deu num período de quatro anos. Só no ano de 2008 o Ministério da Educação autorizou o funcionamento de cinco cursos. Além dos oito que tem habilitação específica em Arqueologia, a Universidade Federal de Pelotas oferece Graduação em Antropologia com habilitação em Arqueologia.

² Anotações pessoais.

³ Paulo Duarte havia sugerido a criação de curso de graduação em Arqueologia na USP. (Mendonça de Souza, 1991:112).

⁴ P.59

⁵ Universidade do Estado do Amazonas/UEAM, Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Universidade Federal do Piauí/UFPI, Universidade do Vale do São Francisco/UNIVASF, Universidade Federal de Sergipe/UFS, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Universidade Católica de Goiás/UCG, Universidade Federal de Pelotas/UFPEL e Fundação Universidade do Rio Grande/FURG.

Isto sugere um significativo aumento na demanda por profissionais da Arqueologia e, ao mesmo tempo, implica o questionamento: Afinal, que arqueólogos e que arqueologia estamos criando? Para refletir sobre essa questão, proponho o exame dos seguintes pontos: 1) o contexto de criação dos sete cursos de graduação em Arqueologia; 2) a constituição dos currículos; 3) o *ethos* da profissão.

As idéias expostas ao longo deste artigo são oriundas de uma etapa ainda inicial de projeto de pesquisa⁶, que visa à compreensão da trajetória de formação dos arqueólogos no Brasil, das relações com os demais países da América Latina e as suas implicações para o desenvolvimento da disciplina.

O Ensino da Arqueologia como Objeto de Pesquisa

O ensino de Arqueologia tem sido raramente considerado como objeto de pesquisa no Brasil. Contudo, há um tímido aparecimento da temática em congressos e em publicações. As discussões apresentadas nos congressos podem ser divididas em três grupos: 1) as relações entre arqueologia e educação em geral; 2) as questões pedagógicas que envolvem o ensino da disciplina nos 1º, 2º e 3º graus e 3) os aspectos referentes à formação de arqueólogos no país.

A formação dos arqueólogos brasileiros tem sido muito pouco considerada na agenda da comunidade acadêmica. Em quatorze edições do congresso da SAB, por exemplo, poucos foram os trabalhos que trataram da questão. Em 1981, o primeiro congresso da SAB

realizou-se nas dependências das Faculdades Integradas Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, onde funcionava o também primeiro bacharelado em Arqueologia do país, uma coincidência bastante significativa. Um debate sobre a Arqueologia Brasileira provocou inevitáveis, mas breves, comentários sobre o curso de graduação; entretanto, naquele momento a comunidade arqueológica ainda se reunia, de acordo com Mendonça de Souza, “*em torno de uma proposta hegemônica, decidida a não permitir o prosseguimento da experiência*” (1991: 125).

Em 1983, Belo Horizonte, ocorreu a mesa redonda mencionada na introdução deste artigo⁷. Em 1985, Goiânia, Dias Junior em sua palestra na sessão “Arqueologia no Brasil Hoje”⁸ manifestou sua preocupação com a formação dos arqueólogos e sua inserção no mercado de trabalho, relacionando suas reflexões às questões que envolviam a preservação do patrimônio arqueológico em áreas carentes de pesquisadores. O congresso de 1991⁹ foi sediado, mais uma vez, na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, sem que qualquer espaço reservado à formação profissional em nível de graduação fosse proposto. Em 1993, João Pessoa, houve um tímido aparecimento da temática com a apresentação de cinco trabalhos: três sobre experiências de sítios-escola (Kern; Albuquerque e Telles, Silva, Carvalho et al, 1993), um sobre a relação entre ensino, pesquisa e arqueologia (Barros, Mello, Zimmermann, 1993) e o último de Tenório e Franco (1993), que divulgava o resultado do evento “Seminário para Implantação da Temática da Pré-História no Ensino de 1º, 2º e 3º graus” (Tenório & Fran-

⁶ Bezerra, M (Coord.) - “Arqueologia(s), Currículos(s) e Identidade(s): um estudo sobre a formação de arqueólogos no Brasil e na América Latina”

⁷ Anotações pessoais.

⁸ Idem

⁹ As Faculdades Integradas Estácio de Sá/FINES passaram a constituir a Universidade Estácio de Sá/UNESA em 1988.

co, 1994), organizado pelas autoras, no mesmo ano, no Rio de Janeiro. Este evento contou com a participação de pesquisadores que relataram suas experiências, direta ou indiretamente, ligadas à formação de novos profissionais.

Em 1995, Porto Alegre, o debate sobre o ensino da Arqueologia na graduação ganhou um espaço privilegiado, uma vez que o trabalho “20 anos de graduação em Arqueologia: a trajetória de um curso” (Seda, 1995) foi apresentado na abertura do congresso durante a mesa redonda “História da Arqueologia Brasileira”, coordenada por Schmitz e Dias (1995). Seda fez um histórico e um balanço do curso de Arqueologia da Universidade Estácio de Sá/UNESA do qual era coordenador. Em 1997, no Rio de Janeiro, Schmitz (2001) organizou um grupo de trabalho sobre a formação de arqueólogos. Dele participaram representantes de programas de pós-graduação em Arqueologia (ou com área de concentração em Arqueologia), pesquisadores ligados a institutos de pesquisa e um representante do Bacharelado da Estácio de Sá - Paulo Seda, que assinou comigo – à época professora do curso da UNESA - o artigo resultante da pesquisa apresentada no GT (Seda & Bezerra de Almeida, 2001).

O curso da UNESA já apresentava visíveis sinais de instabilidade, tendo em vista a política adotada pela administração superior da universidade. Contudo, os números apresentados indicavam um aumento da inserção dos bacharéis no mercado de trabalho, uma diversificação de áreas de atuação e um crescimento na procura por cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior. Neste mesmo congresso verificou-se um incremento das discussões sobre ética, mercado de trabalho, arqueologia de contrato e profissionalização da Arqueologia,

indicando uma nova direção nas preocupações da comunidade científica. Todavia, a expectativa de vigor nas discussões sobre as questões que envolvem o ensino de arqueologia e a formação das novas gerações não se confirmou na reunião seguinte – Recife: apenas um trabalho (Robhran-Gonzalez, 1999) enfatizou aspectos da formação de arqueólogos na Universidade de São Paulo. Em 2001, no Rio de Janeiro, o ensino da Arqueologia foi destacado pela organização do evento que convidou a arqueóloga norte-americana K. Anne Pyburn para ministrar a conferência “Ensinando Arqueologia no Século XXI” (ver Pyburn, 2000).

Em São Paulo, 2003, Gabriela Martin e Anne Marie Pessis (2003) organizaram o Seminário “Programas de Pós-Graduação em Arqueologia no Brasil”, visando o debate acerca da formação acadêmica e técnica em Arqueologia. Neste mesmo congresso, Afonso (2003) apresentou o “Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da USP em Números”; números impressionantes ainda hoje, uma vez que o curso tem aproximadamente 100 alunos, entre mestrandos e doutorandos¹⁰. Morais (2003) sublinhou a necessidade de se discutir a formação profissional, em especial a graduação, e a sua relação com as novas demandas empresariais.

Durante a reunião de Campo Grande, 2005, Bezerra (2005) coordenou o simpósio “O Ensino da Arqueologia ‘Fora da Área de Cobertura’”, cujo objetivo era refletir sobre a(s) arqueologia(s) ensinadas em cursos de outras áreas¹¹. O trabalho de Donatti (2005) mostrou, de forma específica, a necessidade de formação de profissionais na região Norte, a partir de sua experiência como docente do curso de História da Universidade Federal do Amazonas.

¹⁰ Eduardo Neves: comunicação pessoal em Março de 2008.

¹¹ Idéias discutidas também em Bezerra, 2006.

Todos os demais participantes¹² foram unânimes quanto à carência de cursos de formação e a urgência em se debater a situação. Ainda em Campo Grande, Lacerda (2005) apresentou trabalho que tratou da discussão sobre o crescimento dos projetos de contrato e a profissionalização da Arqueologia. Em 2007, Florianópolis, o Simpósio “Diálogos Arqueológicos I: projetos de formação em Arqueologia” (Dias, 2007), atraiu diversos representantes de cursos de formação de arqueólogos no Brasil, que levantaram uma série de problemas sobre a formação de novos cursos, os currículos e o mercado de trabalho. Ainda neste mesmo congresso, Thiesen e Martins (2007) apresentaram o “Programa Sítio-Escola – LEPAN/FURG” e Viana e Barbosa (2007) propuseram o “Aproveitamento Acadêmico da Arqueologia de Contrato”, mostrando que os projetos de impacto podem contribuir para a formação de novos arqueólogos, como é o caso do curso da Universidade Católica de Goiás.

Os dados acima mostram que entre 1983 e 1993 verifica-se uma ausência de debates sobre a formação de arqueólogos no Brasil nos congressos da SAB. A partir de 1993 a temática aparece em todas as reuniões, tendo seu crescimento a partir de 2003, quando vários dos projetos de implantação dos novos cursos de Arqueologia já estavam em andamento. Contudo, em termos quantitativos o número de trabalhos é pouco expressivo, o que me leva a considerar que a questão não é considerada relevante como objeto de pesquisa e sequer como reflexão política e ética da disciplina. As razões desse aparente desinteresse podem ser muitas, mas sugiro aqui três delas.

A primeira diz respeito a pouca valorização da docência, no país de uma maneira geral,

e na academia, de forma mais pontual. Como diz o texto em epígrafe “*A pesquisa e as publicações que dela resultam são a face pública e universal do nosso ofício, enquanto o ensino é a contraface mais ou menos privada e local*” (Fry, 2006:59). Segundo Fry, o ensino refere-se a um domínio doméstico, o que lhe confere um prestígio, da mesma natureza. Fora da arena pública, a atividade docente é desvalorizada e marginalizada, seu papel na esfera acadêmica é deslocado e ela é transformada numa espécie de atividade-meio, ou seja é necessária, mas não essencial à carreira do pesquisador. É um meio para garantir um lugar no mercado de trabalho. De acordo com Schmitz (1988:16) “*A formação de professores de 1º, 2º e 3º grau é uma tarefa a qual maior parte dos arqueólogos se dedica, se não por outra razão, para ganhar o pão de cada dia*”¹³. Neste sentido, algo que não é relevante não será objeto de preocupação e, tampouco, de pesquisa.

A segunda razão diz respeito a outro deslocamento, este da arqueologia, da esfera acadêmica para a esfera empresarial. Schmitz (2001) chama a atenção para o fato de que até 1990 a pesquisa arqueológica era, prioritariamente, acadêmica. A partir daí com o incremento da Arqueologia de Contrato a maioria dos arqueólogos brasileiros passou a se dedicar a estes projetos. O mesmo afirma Prous (2006: 130): “*A pesquisa acadêmica foi quase abandonada no Brasil (...)*”.

De fato, a política econômica pautada, entre outros aspectos, pelo desenvolvimentismo, somada aos poucos recursos para as pesquisas acadêmicas, tem levado os arqueólogos a optar por esses projetos, em muitos casos, para fomentar suas investigações, manter equipes e equipar laboratórios. A Arqueologia de Contrato multiplicou o número de pesquisas no

¹² Participaram deste simpósio representantes de cada uma das regiões do país: P. Donatti, C. Xavier, R. Najjar, J. Rogge e M.V. Beber. Debatedor: Carlos Magno Guimarães. A coordenadora era filiada à UCG.

¹³ O grifo é meu.

Brasil e, em uma certa medida, tornou possível pesquisar áreas nunca antes exploradas pela Arqueologia (Funari, 2001). Podemos dizer que a grande maioria dos arqueólogos brasileiros (incluindo eu mesma) encontra-se, ao mesmo tempo, envolvida em projetos de contrato e em pesquisas acadêmicas, com preponderância para os primeiros. Isto torna o perfil da disciplina e, em conseqüência, o perfil dos profissionais que ingressam no mercado de trabalho muito distinto daquele relatado por Seda & Bezerra de Almeida (2001) ou mesmo das avaliações publicadas pelo CNPq (Schmitz, 1982). Nestes levantamentos, o destino dos arqueólogos era a pesquisa acadêmica realizada em universidades, instituições de pesquisa e museus. Daí origina-se o terceiro deslocamento: o perfil profissional.

Hoje há uma grande afluência de pessoas não qualificadas para os projetos de contrato. A falta de arqueólogos formados tem promovido certa “tecnização” da pesquisa arqueológica. A formação de técnicos e auxiliares de campo tem sido um caminho para organizar equipes. Cabe frisar que considero estes profissionais fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas e penso que merecem reflexões sobre a sua formação junto às equipes de arqueologia¹⁴.

Estes deslocamentos – da docência, da pesquisa e do perfil profissional – colocam o ensino da Arqueologia à margem das preocupações da comunidade arqueológica ou, o que é mais preocupante, conferem a ele uma lógica adequada a esta nova realidade da Arqueologia, mas nem por isso menos nociva à própria dis-

ciplina. Em recente artigo, Funari & Robhran-Gonzalez (2007: 141) destacam as inúmeras situações conflitantes entre a disciplina, o desenvolvimento do capitalismo e suas implicações para a atuação profissional dos arqueólogos no Brasil.

Dentro deste panorama deveríamos nos perguntar: o porquê desse “boom” de cursos de graduação. Qual o conteúdo dos currículos? Que arqueólogos serão formados? Qual a expectativa de ingresso deles no mercado de trabalho? Haverá trabalho para todos? Em nome de quem ou do que são criados esses cursos? Por que temos nos silenciado sobre o assunto?

Em entrevista à ComCiência, Prous (2003)¹⁵, afirmava que “*poucos países do mundo têm essa graduação*” (...) “*não há necessidade de uma graduação específica em arqueologia*”. De fato, raros são os cursos de formação em nível de graduação em Arqueologia no mundo. Em países de mais longa tradição na disciplina, e com mercado de trabalho bem mais amplo, tais como os Estados Unidos, a Austrália, o Canadá, por exemplo, não há formação específica na graduação. Por que a arqueologia brasileira, com mercado de trabalho em expansão, mas ainda reduzido, segue um caminho diferente? O que mudou na percepção da comunidade acadêmica, antes avessa à idéia da graduação? O que mudou entre os primeiros currículos e os que são propostos hoje?

Os Cursos de Formação de Arqueólogos no Brasil

Foge ao escopo deste artigo, traçar um panorama histórico da formação de arqueólo-

¹⁴Tenho registrado o retorno de bacharéis da Estácio de Sá, que não chegaram a atuar de forma sistemática na área, mas que hoje vêm se integrado a equipes de Arqueologia para trabalhar em projetos de contrato. O retorno deles se dá pela possibilidade de remuneração que a Arqueologia oferece hoje, ao contrário do que ocorria nos anos 1980 e 1990. O Rio de Janeiro tem sido um dos principais destinos de retorno desses bacharéis.

¹⁵ <http://www.comciencia.br> Acesso em Agosto de 2008.

gos de forma geral. Isto porque os primeiros passos em direção ao treinamento de pesquisadores remontam há várias décadas, quando disciplinas de pré-história e arqueologia foram introduzidas em cursos de História, Ciências Sociais, entre outros (Santos, S. 2006). Além disso, é preciso considerar o papel das missões estrangeiras na formação de profissionais¹⁶, sobretudo, entre os anos 1950 e 1960, e os cursos de extensão oferecidos por diversas instituições ao longo de décadas como caminho para a constituição de equipes de Arqueologia.

Apesar do bacharelado das FINES ter durado cerca de 25 anos, outras opções para a formação de arqueólogos eram, e ainda são, oferecidas em diversas instituições no Brasil. São cursos de especialização, mestrado e doutorado e ainda os de extensão, que não têm como objetivo treinar profissionais para a Arqueologia, mas podem agir como propulsores para a busca de estágios ou outro tipo de experiência inicial. São oferecidos hoje oito cursos de especialização, nove graduações, quatro mestrados (mais dois com área de concentração em Arqueologia) e dois doutorados (mais um com área de concentração).

Especialização

Os cursos de especialização estão distribuídos pelas regiões Norte (Pará e Rondônia), Nordeste (Bahia), Sudeste (Minas Gerais e São Paulo) e Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A concentração maior está no Sudeste: são dois cursos em São Paulo e um em Minas Gerais. Os de São Paulo (Arqueologia & História & Sociedade e Arqueologia & História & Educação) são oferecidos por instituições privadas – Universidade de Santo Amaro e as Faculdades Integradas de Guarulhos – ambos

têm ênfase na Arqueologia do Velho Mundo e América Pré-Colombiana e possuem como um dos principais objetivos a qualificação de professores de História e a introdução da Educação Patrimonial nas escolas. O curso ministrado na PUC de Minas Gerais (Arqueologia: ênfase em licenciamento ambiental), como o próprio nome revela, volta-se para a inserção de profissionais na área da gestão do patrimônio arqueológico. No norte do país há dois cursos: na Faculdade São Lucas, em Rondônia (Arqueologia da Amazônia) e na Universidade Federal do Pará (Arqueologia). O primeiro tem um perfil centrado no *“planejamento e gestão do meio ambiente através de uma abordagem interdisciplinar”*¹⁷ e o segundo, um dos poucos em instituição pública, tem como objetivo a formação teórica e metodológica e não técnica. No nordeste foi lançado o primeiro curso de especialização em Arqueologia Subaquática no Brasil, que é ligado ao também recém criado Centro de Estudos de Arqueologia e Etnografia do Mar. O curso faz parte do programa de Educação a Distância e inclui aulas práticas. No sul do país são ofertados dois cursos: na Unisul, Santa Catarina (História: gestão em Arqueologia, Arquivologia, Museologia e Educação Patrimonial) o objetivo é amplo, mas sublinha a possibilidade de se exercer funções técnicas em Arqueologia. Em Erechim, Rio Grande do Sul, a Universidade Regional Integrada capacita profissionais para o ensino, pesquisa e extensão em Arqueologia (Arqueologia: Processos Interdisciplinares em Arqueologia).

Historicamente, os cursos de especialização serviam como estágio intermediário entre a graduação e o mestrado. Contudo, nos últimos anos, tanto na Arqueologia como na Antropologia, eles têm sido procurados por aqueles que querendo ingressar no concorrido “domínio

¹⁶ Ver Barreto, 1999-2000.

¹⁷ <http://www.saolucas.edu.br>

dos laudos”, precisam de algum tipo de qualificação. A questão tem sido debatida entre os antropólogos (Grossi, 2006), mas não mobilizou ainda a comunidade arqueológica. A chamada do curso da Faculdade São Lucas, em Porto Velho, nos dá a medida da situação. O site da universidade convida os egressos de qualquer área a participar do curso, uma vez que “*Não sendo uma profissão reconhecida, a Arqueologia pode ser exercida por profissionais com as mais diversas formações, desde que detenham conhecimentos dos procedimentos técnicos teóricos acerca da Ciência Arqueológica*”. Será que concordamos com isso? A especialização pode ser uma etapa da formação, mas não a única formação.

Mestrado e Doutorado

Os cursos de pós-graduação – Mestrado e Doutorado – em Arqueologia reconhecidos pela CAPES são seis (quatro mestrados e dois doutorados). Somam-se a estes os cursos de mestrado da UFMG em Antropologia, com concentração em Arqueologia, e os de mestrado e doutorado em História da PUC-RS, também com concentração na área¹⁸. Os cursos são oferecidos em instituições localizadas nas regiões nordeste, sudeste e sul, mas a concentração maior é no sudeste (3 mestrados – USP, UFRJ e UFMG) e 1 doutorado (USP). O nordeste fica em segundo lugar com dois mestrados (UFPI e UFPE) e um doutorado (UFPE). No Sul há o programa de Pós-Graduação em História da PUC.

O crescimento da pós-graduação em relação à graduação tem sido desigual, ainda que se considerem as distintas exigências de criação dos cursos de pós-graduação. Até o momento, o que os números indicam é que a idéia da pós-graduação como lócus principal de formação

de arqueólogos pode estar mudando. Os esforços parecem estar voltados para o ensino básico que, se bem sucedido em termos de índices de evasão, pode levar a uma demanda maior dos egressos da graduação por cursos de pós-graduação em menos de 10 anos. Mas para que isso ocorra é preciso refletir sobre os objetivos dos cursos de graduação criados. São eles voltados para a pesquisa acadêmica ou para atender as demandas do mercado?

O Bicho de Nove Cabeças

Os nove cursos de graduação em Arqueologia criados entre 2004 e 2008 no Brasil estão distribuídos por quase todas as regiões do país. São dois no norte (UNIR e UEAM), quatro no nordeste (UNIVASF, UFPI, UFPE e UFS), um no centro-oeste (UCG) e dois no sul (UFPEL e FURG). Apenas o sudeste não possui até o momento um curso de graduação. Um deles, o da Universidade Católica de Goiás, é oferecido em universidade privada, os demais estão vinculados a sete instituições federais e uma estadual (UEAM). Dentre eles, oito têm habilitação específica apenas em Arqueologia, o da UFPEL é em Antropologia com habilitação em Arqueologia e o da UEAM é de tecnólogo, mas com duração de três anos, o que lhe confere o status de curso superior.

Com relação à distribuição dos cursos, nota-se que as instituições do sudeste têm preferido investir na pós-graduação. Há três cursos de mestrado e um de doutorado em funcionamento. Ou seja, os arqueólogos da região que tem o maior número de arqueólogos do país e que sediou por 25 anos o primeiro curso de graduação em arqueologia, não se reuniram em torno de uma nova proposta de graduação. O sudeste sempre foi a região com maior índice

¹⁸ Outros programas de pós-graduação têm permitido o desenvolvimento de dissertações e teses em Arqueologia, mas não oferecem – de acordo com a CAPES - área de concentração em Arqueologia.

de pesquisadores: eram 69 em 1982, hoje são 108¹⁹. Ao contrário da região norte que se mantém desde o levantamento de Schmitz (1982) com o menor número de arqueólogos do país. Apesar disso, os registros mostram um crescimento de 3.36% (1982) para 7.56% (2008) em relação ao total de arqueólogos no país. Mesmo assim, a carência de profissionais na região é significativa e a demanda dos projetos de contrato, somada às inúmeras oportunidades de desenvolvimento de pesquisa acadêmica, tem provocado a criação de cursos, tais como o de especialização da UFPA, que teve em sua última seleção cerca de 50 candidatos. A inexistência de pesquisas em boa parte da região norte, a efervescência de questões suscitadas pelas pesquisas em andamento e as extraordinárias coleções arqueológicas ainda por estudar, requerem empenho na constituição de programas de pós-graduação. Contudo, até o momento, além dos dois cursos de especialização já citados, foram criados dois cursos de graduação em Arqueologia: na Universidade Federal de Rondônia/UNIR e na Universidade Estadual do Amazonas/UEAM. O curso da UNIR tem início previsto para julho de 2009 e vai oferecer 45 vagas. De acordo com os registros da SAB há apenas um sócio residente em Rondônia, um quadro oposto ao do sudeste. Os projetos de arqueologia realizados no estado nos últimos anos têm aumentado, mas sua execução tem ficado a cargo de profissionais oriundos de outras partes do Brasil. Ainda não há informações disponíveis sobre a grade do curso e/ou o perfil do profissional formado. O curso da UEAM cuja sede é em Iranduba formará tecnólogos em Arqueologia. A escolha do local se deve à potencialidade arqueológica da região (cerca

de 100 sítios de fácil acesso) e à instalação do Centro de Arqueologia do Bioma Amazônico – CABA, idealizado por Eduardo Neves, que tem sido um dos incentivadores da arqueologia na graduação (na Amazônia e na USP, sua instituição de origem)²⁰. O curso pretende formar profissionais que atuem na região, contemplando alunos oriundos de comunidades do interior e de etnias indígenas locais. A grade é basicamente voltada para a região amazônica e mostra uma clara preocupação com questões atuais da Arqueologia, tais como a perspectiva da Arqueologia Pública, o turismo arqueológico, a sustentabilidade e a educação patrimonial, além de uma carga significativa em história indígena. A opção pela formação de tecnólogo atende à demanda do mercado, mas a grade curricular oferece uma formação menos tecnicista do que alguns dos demais cursos criados.

O nordeste concentra o maior número de cursos de graduação em arqueologia – são quatro ao todo – dois no Piauí, um em Sergipe e um em Pernambuco. O caso do Piauí é curioso: num espaço de quatro anos foram criadas duas graduações e um mestrado na área. O vestibular da UFPI atraiu cerca de 140 candidatos²¹ para 40 vagas. A grade curricular é diversificada. Há conteúdos de diversas áreas: ciências exatas, ciências da terra, história e reduzida carga horária em antropologia, apenas uma disciplina de laboratório e uma de campo. A ênfase está na análise e conservação da Arte Rupestre. As legislações da Arqueologia e da área ambiental são oferecidas em duas disciplinas, indicando uma preocupação com as novas demandas do mercado de trabalho da área, o que deve justificar a inserção de disciplina que trata da cultura imaterial, uma questão atual e raramente inclu-

¹⁹ Números relativos aos membros da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

²⁰ Comunicação pessoal: Eduardo Neves em Abril de 2008; Eduardo Neves - Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico. Iphan, Manaus, Novembro, 2008.

²¹ Comunicação pessoal: Fabiano Gontijo, vice-coordenador do curso, em Setembro de 2008.

ida nos cursos de formação em Arqueologia. A graduação da UNIVASF é em Arqueologia e Preservação Patrimonial e funciona no campus de São Raimundo Nonato. Este foi o primeiro desta nova leva de cursos. Sua grade apresenta expressiva carga em teoria e métodos da arqueologia e apenas duas disciplinas de antropologia. Há uma grande ênfase na preservação patrimonial e em pré-história, que é oferecida em quatro semestres diferentes. Em Laranjeiras funciona o curso de graduação da UFS, que tem menos ênfase na prática de campo e laboratório (exceto pelas disciplinas de zooarqueologia e antropologia física), inclui disciplinas teóricas e pelo menos três cursos sobre arqueologia brasileira. O curso tem carga especialmente voltada para a cultura material de sítios históricos. A UFPE segue a aparente vocação dos cursos do nordeste em formar profissionais habilitados em conservação e restauração de materiais. No site da Fundação do Homem Americano, o curso é assim anunciado: “A presença da nova graduação permitirá formar recursos humanos para cobrir as necessidades profissionais decorrentes da aplicação das leis que normatizam a proteção do patrimônio histórico e artístico da Nação”.²² Há disciplinas²³ voltadas para a conservação e ainda arqueologia subaquática, uma novidade entre os currículos atuais. A carga de horas de campo é uma prioridade e segundo Anne Marie Pessis, coordenadora do curso: “Não vamos formar arqueólogo de gabinete”²⁴. Os quatro cursos do Nordeste têm uma clara origem na tradição europeia de arqueologia, contudo, em função das novas exigências do mercado, alguns deles fizeram opções que podem descharacterizar esse perfil.

O curso da UCG é o único instalado em instituição privada no país. Muito embora tenha sido criado dentro do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, o curso da UCG oferece carga mínima de antropologia. B. Santos (2006: 390), lembra que durante o período de criação do curso, “(...) os arqueólogos do instituto defende[ram] a arqueologia como um campo de conhecimento que tem status de disciplina em si mesma, e não um campo da antropologia”, fazendo abortar a idéia de um curso com duas concentrações, nos moldes adotados, posteriormente, pela UFPEL. O curso é voltado para a pré-história com ênfase em laboratório e campo, três disciplinas de arqueologia histórica e uma de arqueologia pública situada no último período.

Em Pelotas, a UFPEL²⁵, criou um curso com perfil diferente e atual: antropologia com habilitação em arqueologia. O curso segue o modelo norte-americano *four-fields*, que entende a arqueologia como campo da antropologia. Apesar da forte influência da arqueologia norte-americana, a formação de arqueólogos no país ainda está distante deste modelo. Os alunos terão grade comum nos três primeiros semestres com carga significativa em Antropologia. As disciplinas específicas incluem dois cursos de pré-história brasileira e arqueologia bíblica, entre outros. Na FURG²⁶, ao contrário da maioria dos cursos citados, há concentração em torno de duas temáticas: Arqueologia das Sociedades Pré-coloniais Americanas e Arqueologia do Capitalismo, com várias disciplinas voltadas para o estudo da cultura material e arqueologia pública.

A Arqueologia Histórica - um dos cam-

²² <http://www.fundham.org>

²³ Não tive acesso à grade do curso, as informações apresentadas foram retiradas de entrevistas concedidas pela coordenação do curso ao site da UFPE e dados do curso no site da Fundação do Homem Americano.

²⁴ http://jc.uol.com.br/2008/10/10/not_181851.php. Acesso em 15/10/2008.

²⁵ Tive acesso à lista de disciplinas disponível na internet.

²⁶ Idem

pos da Arqueologia que mais cresceu nos últimos anos no Brasil²⁷ - aparece em todos os currículos, sendo mais expressiva na UFS, UCG e FURG. A grade da UFS sugere uma preocupação com a coleta e a preservação do material histórico, enquanto a da UCG, procura equilibrar teoria e prática. Na FURG a Arqueologia Histórica está imbricada com a linha temática do capitalismo. As disciplinas teóricas aparecem de forma equilibrada em poucos cursos (UFPEL e FURG), a maioria dá ênfase às disciplinas de laboratório e campo. Quanto à oferta de disciplinas de antropologia há uma tendência à redução de seu conteúdo. A UNIVASF, a UFS e a UCG oferecem duas, a UFPI e a FURG três, a UEAM quatro, a UFPEL oito. A Arqueologia Pública faz parte das grades da UEAM, UCG e FURG²⁸.

Apenas os cursos da UEAM, UFPEL e FURG têm um perfil bem marcado. O primeiro é dirigido à arqueologia Amazônica, à relação entre arqueologia e etnias indígenas e sugere um fio condutor na arqueologia comunitária e na sustentabilidade, que são questões, particularmente, importantes para a Amazônia, mas que merecem ampla discussão na arqueologia de uma maneira geral. O da UFPEL se distingue dos demais pela adoção do modelo *four-fields* e o da FURG funda-se em duas linhas mestras de atuação: sociedades pré-coloniais e arqueologia do capitalismo.

Interessante pensar o que mudou entre estes currículos e os primeiros (FAMARO e FINES). O currículo da FAMARO sofreu mudanças quando de sua transferência para as FINES na década de 1980. O primeiro incluía disciplinas de filosofia e psicologia mais tarde suprimidas do currículo das FINES. Na

FAMARO havia grande ênfase no trabalho de campo que era oferecido desde o primeiro período²⁹. Já no novo currículo da Estácio de Sá o estágio de campo só ocorria a partir do quarto semestre.

O currículo da Estácio de Sá vigente a partir de 1981³⁰ incluía quatro disciplinas de arqueologia brasileira, seis de antropologia, sendo duas de etnologia indígena. Havia ainda seis disciplinas de laboratório, duas de metodologia da pesquisa arqueológica, três de arqueologia americana, três de pré-história, arqueologia clássica, entre outras. O perfil era claramente voltado para as sociedades pré-coloniais, considerando que não havia nenhuma disciplina de arqueologia histórica. A insuficiente carga de teoria arqueológica era, apenas em parte, compensada pelas seis disciplinas da antropologia. Discussões relativas à ética, à socialização do conhecimento arqueológico eram inexistentes e quando ocorriam eram motivadas por agenda pessoal de um dos docentes.

Em relação a este primeiro curso, nota-se que houve um encolhimento nas grades curriculares (algumas de até seis semestres), o que reduziu a oferta de disciplinas. Em alguns casos, como o da UFPI, o conteúdo da Arqueologia Brasileira aparece em apenas uma disciplina, embora as disciplinas de Arte Rupestre I e II tratem do patrimônio arqueológico brasileiro. Por outro lado, sua grade inclui a disciplina Filosofia e Ética que tem sido pouco considerada na formação dos arqueólogos. Schmitz (2001: 59) afirma que a Arqueologia Contrato provocou uma “*diluição nas temáticas tradicionais*”, segundo ele, pela maior importância dada ao espaço.

As diferenças entre o currículo da Está-

²⁷ Dados relativos aos trabalhos apresentados em congressos da SAB entre 1995 e 2005 (Bezerra, 2005).

²⁸ Não tive acesso aos currículos da UNIR e da UFPEL.

²⁹ Comunicação pessoal: Maura Imázio da Silveira, da primeira turma da FAMARO. Setembro, 2008.

³⁰ Arquivo pessoal da autora.

cio de Sá, de 1981, e dos cursos de hoje apontam para a introdução de disciplinas tais como Arqueologia de Contrato, Administração Aplicada à Arqueologia, Legislação Ambiental, Preservação do Patrimônio, Educação Ambiental e Educação Patrimonial, que aparecem de uma forma ou de outra em todos os currículos. Os cursos em sua maioria não têm um perfil bem definido. As grades são generalistas e incluem algumas das disciplinas acima citadas para, claramente, atender as demandas dos grandes projetos.

De fato, a constituição dos currículos vai muito além da simples organização linear de conteúdos compartimentados em unidades de conhecimento. Esse é um ato imbuído de significados sociais, econômicos e políticos. Para alguns é preciso saber “(...) *a favor de quem o currículo trabalha e fazê-lo trabalhar a favor dos grupos e classes oprimidos (...)*” (Moreira e Silva, 1994: 16). Segundo Apple (1994), há hoje uma tendência de adequar currículos às demandas do mundo econômico. Isto leva a uma desvalorização dos indivíduos como agentes ativos na construção de sua realidade e, conseqüentemente, a uma supervalorização destes como consumidores. Ou, como prefere o autor, “(...) *enxerga as pessoas basicamente como estômagos ou fornos (...)*” (op. cit: 51).

Será que é isso que estamos fazendo? As principais inovações na maior parte dos currículos examinados voltam-se, especialmente, para as demandas dos projetos de desenvolvimento. E ao que tudo indica, há uma acenuação do seu aspecto técnico. Contudo, estes projetos constituem um excelente fórum para refletirmos sobre a nossa práxis (ver Funari, 2001). As relações estabelecidas a partir destes encontros com diferentes grupos têm provocado toda sorte de situações que vão da participa-

ção, da união até as tensões e aos conflitos. Até bem pouco tempo, estávamos numa espécie de *ilha de sossego*, longe das questões enfrentadas por colegas ao redor do mundo. A Arqueologia de Contrato multiplicou o número de pesquisas no Brasil e os *lugares de confluência* de distintas visões de mundo. É essa demanda que deveria ser atendida pelos novos currículos.

As disputas pelo patrimônio arqueológico por distintos grupos, somadas à destruição de sítios arqueológicos têm sido fator determinante no crescimento da demanda por profissionais da Arqueologia. Em países como Estados Unidos, Canadá e Austrália³¹, por exemplo, há algumas décadas, as disputas empreendidas por grupos locais, sobretudo as comunidades nativas, têm colocado em questão a atuação dos arqueólogos e implicado a reflexão sobre a prática arqueológica, o que inclui questões teórico-metodológicas e, mais do que tudo, éticas. No Brasil, as palavras “pública, comunitária, inclusão, multivocalidade” têm sido recorrentes no discurso da comunidade arqueológica no Brasil. Isto indica o surgimento de uma nova direção na disciplina, um novo *ethos*, que deverá ser compartilhado com as centenas de bacharéis e tecnólogos³² em formação. É preciso refletir sobre “*que arqueologia [e arqueólogos] desejamos para daqui a dez anos*” (Schmitz, 2001: 61).

Considerações finais

As idiosincrasias são próprias de projetos que estão em seu início. Muitas vezes as grades curriculares são organizadas em torno da especialidade do corpo docente e algumas poderão mudar nos próximos anos, mas “Que tipo de profissional será formado nesses cursos?” “Que idéia de Arqueologia está subjacente a esses currículos?” Os currículos

³¹ Ver Derry & Malloy, 2003.

³² A oferta de vagas nos nove cursos criados totaliza 490.

são construídos a partir de uma determinada visão de arqueologia. É saudável que elas sejam diferentes, é desejável que os cursos tenham sua identidade própria, é inevitável que haja muitas arqueologias, mas é imprescindível saber que os currículos de formação forjam a(s) nossa(s) identidade(s) (Silva, 2003). O currículo pode ser entendido como um artefato, construído por nós e, como tal, permeado de significados, de ideologias. *O currículo é documento de identidade* (op.cit.: 150), da nossa identidade como arqueólogos.

O “boom” de criação desses nove cursos de graduação em Arqueologia se dá por duas vias diretamente ligadas à agenda político-administrativa do atual governo: o desenvolvimentismo (agravado pelo PAC) e o REUNI³³. O primeiro provocou a necessidade de profissionais para atender às inúmeras demandas dos projetos de impacto ambiental, o segundo abriu a oportunidade de se ampliar a trajetória de formação de arqueólogos no país. Entre a necessidade e a oportunidade currículos foram construídos, alguns claramente compromissados com a realidade econômica, outros consolidando posições acadêmicas. Em muitos deles nota-se uma estrutura que não difere muito daquela oferecida aos primeiros bacharéis, mas está salpicada por conteúdos ancorados nas novas “tendências” da arqueologia do mundo capitalista. O “(...) o mundo mudou, nossa disciplina mudou, nossos alunos mudaram, nossos currículos têm que mudar” (Pyburn, 2000: 123). O que mudou?

Retomando os deslocamentos tratados no início do artigo: da docência para as margens do trabalho acadêmico, da academia para o mercado e do profissional acadêmico para o técnico, sublinho outro deslocamento interes-

sante e que sugere uma nova direção da disciplina: o deslocamento de parte importante da formação para fora do eixo Rio-São Paulo e, em quatro casos (UNIVASF, UFS, UFPEL e FURG), para fora das capitais. A descentralização da formação pode indicar novos sentidos na produção acadêmica e na política interna da Arqueologia. Além de contribuir para a inexorável e atual necessidade de descentralização da práxis da Arqueologia, o que inclui a “arqueologia de base comunitária”³⁴, a “arqueologia ação”³⁵ e, inerente a essas perspectivas, o *descentramento* do poder sobre as construções do passado. Neste sentido, os espaços constituídos pelos projetos de desenvolvimento devem servir para que a arqueologia mostre o seu papel na transformação da realidade e não para manter o *status quo*. Essas são as demandas que devemos atender em nossos currículos.

A motivação para apresentar estas considerações iniciais reside na possibilidade de provocar novos olhares sobre a questão. Não tenho respostas definitivas, mas penso que temos que pensar sobre a situação atual da formação de arqueólogos no Brasil. Reconheço o esforço dos colegas na criação desses cursos e apoio a sua importância, mas como bacharel em Arqueologia, e formada pelo polêmico curso da Estácio de Sá, considero necessário refletir de forma construtiva e crítica sobre esses cursos, pois seus egressos terão impacto direto no desenvolvimento e na identidade da nossa disciplina.

Agradecimentos

A Albérico Nogueira (UFS), Eduardo Neves (USP), Fabiano Gontijo (UFPI) e Maura Imazio da Silveira (MPEG).

³³ PAC – Programa de Aceleração do Crescimento e REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

³⁴ Ver coletânea de artigos em *World Archaeology* 34 (2). Community Archaeology. Routledge, 2002.

³⁵ Ver Sabloff, 2008.

Referências Bibliográficas

- AFONSO, M. C. 2003 O programa de pós-graduação da USP em números. *Resumos*. XII Congresso da SAB. Santos: SAB: 108.
- ALBUQUERQUE, P.T.S. 1993 Uma experiência de sete anos com a prática de sítios-escola. *Resumos*. VII Congresso da SAB. João Pessoa: SAB: 129.
- APPLE, M. 1994 Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, A. F., SILVA, T. T. da (Orgs.). *Currículo, ideologia e sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, 39-57.
- BARRETO, C. 1999-2000 – A Construção de Um Passado Pré-Colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. *Revista USP*, nº44, Arqueologia Brasileira I: 32-52.
- BARROS, K.; MELLO, M.M.; ZIMMERMANN, M.A. 1993 A Universidade do Tocantins - UNITINS: integração, ensino, pesquisa e extensão. *Resumos*. VII Congresso da SAB. João Pessoa: SAB: 145.
- BEZERRA, M. 2005 Ensinando Arqueologia 'Fora da Área de Cobertura. *Resumos*. XIII Congresso da SAB. Campo Grande: SAB: 49-50.
- BEZERRA, M. 2005 Três Amostras e Uma Questão: Zooarqueologia em Sítios Históricos no Brasil? *Programa*. XIII Congresso da SAB. Campo Grande: SAB (não publicado).
- BEZERRA, M. 2006 Where did I go wrong?: Discussing the Grammar of Archaeology Teaching in Brazil. *Abstracts*. 71st Annual Meeting of the Society for American Archaeology, San Juan, 2006: 67. (no prelo)
- DERREY, L. & MALLOY, M. (Eds.) 2003 *Archaeologists and Local Communities: partners in exploring the past*. Washington: American Archaeology.
- DIAS, K. 2007 Diálogos Arqueológicos I: projetos de formação em Arqueologia. *Resumos*. XIV Congresso da SAB. Florianópolis: SAB, 2007: 15.
- DONATTI, P. 2005 Arqueologia no Curso da UFAM. *Resumos*. XIII Congresso da SAB. Campo Grande: SAB.
- FRY, P. 2006 Formação ou educação: os dilemas antropológicos perante a grade curricular. In: GROSSI, M. TASSINARI, A.; RIAL, C. (Orgs) – *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Florianópolis, Nova Letras, 59-76.
- FUNARI, P.P. de A. 2001 Public Archaeology from a latin american perspective. *Public Archaeology*, 1: 239-243.
- FUNARI, P.P. de A. & ROBHRAN-GONZÁLEZ, E.M. 2007 Ethics, Capitalism and Public Archaeology in Brazil. In: HAMILAKIS, Y.; Duke, P. (eds.) – *Archaeology and Capitalism: from ethics to politics*. Left Coast Press. (One World Archaeology Series, 54).
- GROSSI, M. 2006 Pós-Graduação, Graduação e Especialização: novas demandas de formação em antropologia. In: GROSSI, M. TASSINARI, A.; RIAL, C. (Orgs) – *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Florianópolis, Nova Letras, 249-258.
- KERN, A.A. 1993 O sítio-escola internacional da pós-graduação em História da PUCRS: importância e características. *Resumos*. VII Congresso da SAB. João Pessoa: SAB, 1993, p.128.
- LACERDA, D.C.O. 2005 O Futuro para o profissional de Arqueologia. *Resumos*. XIII Congresso da SAB. Campo Grande: SAB, 2005: 136.
- MARTIN, G. & PESSIS, A.M. 2003 – Programas de Pós-Graduação em Arqueologia no Brasil. *Resumos*. XII Congresso da SAB. São Paulo: SAB, 2003: 196.

- MENDONÇA DE SOUZA, A. 1991 História da Arqueologia Brasileira. *Pesquisas*. Instituto Anchietao Pesquisas, Série Antropologia, 46.
- MORAIS, J.L. – Arqueologia Profissional: formação no nível de graduação. *Resumos*. XII Congresso da SAB. São Paulo: SAB, 2003: 56.
- MOREIRA, A.F.B. & SILVA, T.T. da 1994 Sociologia do currículo: uma introdução. In: _____ (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 7-38.
- PROUS, A. 2006 *O Brasil antes dos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- PYBURN, K.A. 2000 Altered States: archaeologists under siege in academe. In: BENDER, S.; SMITH, G. (Orgs.) *Teaching Archaeology in the Twenty First Century*. Society for American Archaeology, 121-124.
- ROBHRAN-GONZALEZ, E. 1999 Curso Prático de Arqueologia: do campo ao laboratório. *Resumos*, X Congresso da SAB. Recife: SAB, 1999: 312.
- SABLOFF, J. 2008 *Archaeology Matters: action archaeology in the modern world*. Left Coast Press.
- SANTOS, B. S. 2006 Ensino de Ciências Sociais ou Antropologia? Uma breve reflexão comparada entre o Brasil e os Estados Unidos. In: GROSSI, M. TASSINARI, A.; RIAL, C. (Orgs) – *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Florianópolis, Nova Letras, 385-400.
- SANTOS, S.C. dos (org) Helm, C.M.V.; Teixeira, S.A. 2006 *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. UFSC: ABA.
- SCHMITZ, P.I. (redator) 1982 *Avaliação e Perspectivas*, 47, Arqueologia. CNPq.
- SCHMITZ, P.I. 1988 Preservação do patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*, Rio de Janeiro, v. 5, 1: 11-18.
- SCHMITZ, P.I. & Dias, O. 1995 História da Arqueologia Brasileira. Programa e Resumos. VIII Congresso da SAB. Porto Alegre: SAB, 1995.
- SCHMITZ, P.I. 1997 A Formação dos Arqueólogos no Brasil. *Anais*, IX Congresso da SAB. Rio de Janeiro: SAB, 1997. cd-rom.
- SCHMITZ, P.I. & Dias, O. 2001 Avaliação e Perspectivas da Arqueologia Brasileira. *Canindé: Revista do MAE de Xingó Sergipe: Universidade Federal de Sergipe*, 1; 38-63.
- SEDA, P. 1995 20 anos de Graduação em Arqueologia: a trajetória de um curso. *Programa e Resumos*. VIII Congresso da SAB. Porto Alegre: SAB, 1995.
- SEDA, P. & BEZERRA DE ALMEIDA, M. 2001 O Curso de Graduação em Arqueologia da UNESA e a Formação de Arqueólogos no Brasil. *Anais*, IX Congresso da SAB. Rio de Janeiro: SAB, 1997. cd-rom.
- SILVA, T.T. da 2003 *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- TELLES, M.A., SILVA, L.M.D., CARVALHO, H. et al 1993 O projeto sítio escola Guará I e a iniciativa à pesquisa arqueológica. *Resumos*. VII Congresso da SAB. João Pessoa: SAB, 1993: 131.
- TENÓRIO, M.C. & FRANCO, T.C.B. 1993 Projeto de Implantação da Temática da Pré-História no Ensino de 1º, 2º e 3º graus. *Resumos*. VII Congresso da SAB. João Pessoa: SAB, 1993: 132.
- TENÓRIO, M.C. & FRANCO, T.C. (Orgs.). Seminário para implementação da Temática Pré-História Brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º graus. 1993. Niterói: UFF. Rio de Janeiro: MN: UFRJ, 1994.

Bezerra, M.

THIESEN, B. V. & MARTINS, N.S. 2007 Programa Sítio-Escola LEPAN-FURG. O projeto sítio escola Guará I e a iniciativa à pesquisa arqueológica. *Resumos*. XIV Congresso da SAB. Florianópolis: SAB, 2007: 70.

VIANA, S.A. & BARBOSA, M.O. 2007 Aproveitamento acadêmico da arqueologia de contrato. *Resumos*. XIV Congresso da SAB. Florianópolis: SAB, 2007: 15.